

CPI da Petrobras ouve hoje o secretário da Receita Federal

Denúncias a serem investigadas pelos senadores da CPI envolvem superfaturamento, desvio de dinheiro de royalties e outras irregularidades



Otacílio Dantas Cartaxo deverá falar ao colegiado sobre suposta manobra utilizada pela estatal para reduzir impostos devidos

Com o depoimento do secretário interino da Receita Federal, às 14h, a CPI da Petrobras dá início hoje ao trabalho de investigação de supostas irregularidades na estatal. Em data a ser marcada, deverá comparecer ao colegiado o presidente da empresa, José Sergio Gabrielli, e mais três diretores. No dia 18, os senadores da CPI ouvirão o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima. Pedido de convocação da ex-secretária da Receita Lina Vieira, demitida recentemente, ainda será votado pela comissão. **8**

Crise no Senado divide opiniões em Plenário

Simon e Cristovam pedem afastamento do presidente do Senado. Collor defende José Sarney. **4 e 5**

Sarney recebe o relatório da FGV no dia 18

Proposta de reestruturação administrativa foi encomendada por Sarney ao assumir Presidência do Senado. **3**

Waldemir Rodrigues



Sérgio Guerra, do PSDB (E), e José Nery, do PSOL, entregam recurso em que pedem abertura de investigações

Oposição recorre contra arquivamento de denúncias

O PSDB ingressou com recurso contra a decisão do presidente do Conselho de Ética, Paulo Duque, de arquivar três denúncias apresentadas por Arthur

Virgílio contra José Sarney. Em outra iniciativa, cinco senadores pediram o desarquivamento de representação do PSOL. **4 e 5**

Especialistas apontam desafios à competitividade

Como o Brasil pode vencer a corrida por inovação e tecnologia? Para discutir a inserção do país na economia do futuro, a Comissão de Infraestrutura reuniu dois especialistas, os professores Glauco Arbix e Julio Sergio Gomes de Almeida. **8**



Glauco Arbix (E), Fernando Collor, Delcídio Amaral e Gomes de Almeida em seminário na Comissão de Infraestrutura

Moacir Mariz

Comissão pode votar novas regras para tarifa bancária

Um dos objetivos é combater cobrança de tarifas em vendas casadas. **6**

Projeto institui dedicação exclusiva para professores

Proposta beneficia professores dos ensinos infantil, fundamental e médio. **7**

Favorável à regulamentação da Emenda 29, que institui percentuais mínimos de investimento na área, senador é contra recriar contribuição

Papaléo rejeita nova CPMF para a saúde

A APROVAÇÃO DE uma nova Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) será combatida de todas as formas no Senado, disse Papaléo Paes (PSDB-AP), advertindo o governo.

Segundo o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou o ministro Temporão a tentar ressuscitar, com uma nova roupagem, a CPMF. A Contribuição Social para a Saúde (CSS), pretendida pelo governo, teria alíquota de 0,1% e não seria cobrada de aposentados, pensionistas e trabalhadores com carteira assinada que recebam até R\$ 3.038.

– O que a CSS não muda com relação à CPMF é o caráter predatório da cobrança. Não há garantias de que os recursos serão plenamente aplicados na saúde nem mecanismos impedindo que o dinheiro



Gerardo Magela

Papaléo: cobrança predatória e destinação para outros setores

seja desviado para outras áreas, como ocorreu no passado. Por isso derrubamos a CPMF e será pelos mesmos motivos que a derrubaremos novamente quando se a ocasião se apresentar – afirmou Papaléo Paes.

Em aparte, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lembrou que, na discussão para a prorrogação da CPMF, em 2007, sugeriu ao governo uma consulta popular sobre o assunto. Ele lançou novamente a proposta de plebiscito por entender

que a carga tributária brasileira já é elevada demais.

Papaléo concordou com a ideia. Diferentemente da CPMF, ele registrou o apoio da oposição à proposição que obriga a União a investir na saúde 10%; os estados, 12%; e os municípios, 15% da arrecadação de impostos.

– O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pode ter a certeza de contar com o nosso apoio para aprovar a regulamentação da Emenda 29 – afirmou.

Mário Couto aponta crise na saúde pública do Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem, em discurso, o sistema público de saúde de seu estado. Ele afirmou que a governadora Ana Júlia Carepa não tem realizado os investimentos necessários, deixando muitos hospitais sem condições de funcionamento.

Com relação à Santa Casa de Misericórdia de Belém, onde morreram 260 bebês por problemas de superlotação e falta de médicos e de equipamentos no ano passado, Mário Couto alertou para o risco de o hospital deixar de realizar até mesmo curativos pela falta de esparadrapo.

O senador também se referiu ao Hospital Ophir Loyola – especializado em

tratamento de câncer –, cujos pacientes são enviados a outros estados para que possam ser atendidos, ao custo de R\$ 24 a diária.

– Estão exportando os doentes de câncer do meu estado para o Piauí e para o Maranhão e eu tenho que ficar calado? – protestou.

Mário Couto também comentou o possível aumento de 7% no valor dos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), noticiado pelo jornal *O Globo*.

– Até que enfim parece que o presidente Lula começa a ter uma pequena sensibilidade em relação aos aposentados deste país – afirmou.



Gerardo Magela

Couto: pacientes com câncer vão se tratar em outros estados

Em aparte, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-PA) aconselhou Mário Couto a não tratar em seus discursos de questões relativas à vida privada da governadora Ana Júlia Carepa, sobretudo comentando notícias publicadas em jornais. Respondendo a Mesquita Júnior, Mário Couto disse ao colega que lhe faltava conhecimento de causa para fazer a recomendação.

Alvaro Dias lamenta morte de João Milanez

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) encaminhou ontem à Mesa voto de pesar pela morte, no sábado, do jornalista e empresário João Milanez, aos 85 anos, vítima de problemas pulmonares e câncer.

Ele era dono, segundo o senador, de “um pequeno império de

comunicação”: o jornal *Folha de Londrina*; a TV Tarobá, que criou em Cascavel (PR); e as rádios Folha AM e FM, que fundou em Londrina (PR), onde também adquiriu as rádios Cruzeiro AM e FM.

Segundo o parlamentar, Milanez gostava de lembrar que “saiu do cabo da enxada,

conheceu o mundo inteiro e foi recebido por reis e presidentes”.

– Ele conquistou seu lugar na história do estado. E conquistou exclusivamente graças a sua determinação empreendedora, profunda e apaixonada dedicação ao bem comum, e muita ousadia – disse Alvaro Dias.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Jaime Câmara

Sessão especial às 10h faz reverência à memória de Jaime Câmara pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Às 14h, tem início a sessão deliberativa. Na pauta, cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, está a PEC 7/08, determinando que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social a serem estabelecidos em lei complementar.

Agenda do presidente do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, sessão especial em homenagem aos 100 anos do nascimento do empresário de comunicações Jaime Câmara e, às 16h, a ordem do dia.

Comissão de Mudanças Climáticas confere listas para eventos

A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas se reúne, às 14h30, para conferir a lista com seus membros que irão participar de audiência pública em Santa Catarina, a realizar-se no dia 14

de agosto, e a relação de participantes da Conferência Internacional – COP 15, em dezembro.

Cobrança de tarifas

Projeto que regulamenta a cobrança de tarifas bancárias pelas instituições financeiras será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. A comissão examina ainda projeto que amplia de oito para nove o número máximo de prestações para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e o que reduz alíquota da tabela progressiva do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.



José Cruz

CPI da Petrobras

O secretário interino da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo, será ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, às 14h.

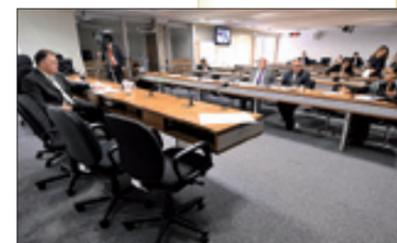
Atuação das Forças Armadas e da Polícia em terras indígenas

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) debatem, às 10h, o projeto que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e

da Polícia Federal nas terras indígenas. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista, Márcio Meira, estão entre os convidados.

Eficiência energética e defesa do consumidor

Duas propostas que alteram o Código de Defesa do Consumidor estão entre os 21 itens em pauta na Comissão de Meio Ambiente (CMA), que se reúne às 11h30. Uma delas obriga fornecedores a informar a eficiência e o consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado. Outra estabelece prazo para que equipamentos de informática atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética.



José Cruz

Registro de produto agroquímico

Audiência pública, às 9h30, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), debate o processo de registro de agroquímicos, com a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello.

Recenseamento escolar

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa 18 itens em pauta, entre eles o que visa garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos para atendimento em educação infantil. Às 14h30, a CE realiza audiência em conjunto com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater os problemas enfrentados por estudantes de graduação matriculados nos cursos a distância da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins).

Audiência conjunta debate saúde materna



J. Freitas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Acompanhamento da Saúde realizam, às 9h, audiência pública para discutir políticas sociais e de assistência à saúde materna. A reunião é parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde. Estão convidados os médicos Hélvio Bertolozzi Soares, da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; e Sílvia Maria Cruz, coordenadora da Pastoral da Criança de Sergipe; além de representantes do Ministério da Saúde e do Unicef.

Parlamentar sul-coreano visita Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita de cortesia do parlamentar sul-coreano Lee Sang-deuk.

O parlamentar disse, em entrevista após a reunião com Sarney, que encontros como esses fortalecem o parlamento dos dois países e que, politicamente, são muito importantes.

Convite

José Sarney recebeu convite para participar, no próximo dia 22, da

formatura de turma de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), localizada em Resende (RJ). A cerimônia, conhecida como entrega de espadins, diplomará 454 cadetes da Turma Bicentenário do Marechal Osório.

Segundo o tenente-coronel Artur José Sólton Neto, assessor parlamentar do Exército e que estava presente ao encontro, Sarney agradeceu o convite e afirmou que analisará a possibilidade de comparecer ao evento.



José Sarney (D) conversa com o parlamentar Lee Sang-deuk, acompanhado de comitiva

Jonas Pereira



Gerardo Magela

Mozarildo cita matéria do jornal *Correio Braziliense*

Mozarildo condena fraude em remédio

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou para a falsificação de medicamentos e de equipamentos médicos. Citando matéria do jornal *Correio Braziliense*, ressaltou que esse comércio clandestino movimentava cifras astronômicas e mata milhares de pessoas.

O jornal publicou uma lista com vários medicamentos falsificados, incluindo uma versão do Tamiflu, o antiviral usado no combate à gripe A.

Nery: pesar por militante do PSOL

José Nery (PSOL-PA) lamentou o falecimento do historiador e professor Manoel Lima Amaral, no Pará. Amaral tinha 34 anos e morreu no sábado em decorrência de pneumonia. O senador informou que ele foi assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do estado do Pará, era um "líder popular" e desde 2005 militava no PSOL. Atualmente, integrava a equipe de assessores de José Nery em Belém.

O parlamentar também registrou o início da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o país.

Incorporação de servidores de RO

Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Expedito Júnior (PR-RO) voltaram a defender em Plenário a incorporação de servidores públicos do ex-território de Rondônia nos quadros da União. Raupp comunicou que se reunirá esta semana com o presidente da Câmara, Michel Temer, para tratar da votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05).

Expedito Júnior cobrou de Temer que coloque em pauta a matéria. O parlamentar lembrou o compromisso firmado pelo presidente da Câmara de realizar a votação ainda este mês e anunciou disposição de ocupar a tribuna do Senado todos os dias como forma de pressionar por sua aprovação.

Servidores em greve de fome

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu que o Ministério da Previdência Social tome medidas para evitar que a greve de fome de sete servidores do INSS do Rio Grande do Norte acabe de forma "catastrófica". Alguns estão com a saúde muito afetada, informou a senadora. Eles protestam há 21 dias contra decisão do governo federal de retirar uma gratificação que recebiam há 22 anos, oriunda de reposições de planos econômicos.

Os servidores já fizeram greve em outras ocasiões solicitando a incorporação de 84,32%. Rosalba fez apelo ao presidente Lula em favor dos funcionários. Ela disse que irá tratar do assunto com o ministro da Previdência, José Pimentel.



Gerardo Magela

Fátima Cleide: trabalhadores de escolas são agora reconhecidos

Fátima Cleide celebra sanções de duas leis

Fátima Cleide (PT-RO) destacou a sanção presidencial que, na semana passada, transformou na Lei 12.014/09 projeto de sua autoria que determina as categorias de trabalhadores de escolas públicas que podem ser reconhecidos como profissionais da educação básica (PLS 507/03).

A senadora registrou ainda a sanção, também na semana passada, da Lei 12.015/09, que torna mais rigorosas as penas para os crimes de pedofilia.

Sarney recebe na próxima semana relatório da FGV

Documento a ser entregue no dia 18 consolida as propostas iniciais da própria fundação e de servidores para reestruturar o Senado, tornando-o mais ágil e reduzindo despesas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebe, no dia 18, às 11h, relatório da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com uma proposta de reestruturação administrativa da Casa. A informação foi anunciada pelo diretor-geral do Senado, Haroldo Tajra, após despachar com Sarney.

Esse estudo, que visa enxugar a estrutura da instituição, tornando-a mais ágil e desburocratizada, foi encomendado por Sarney em fevereiro. Na ocasião, entre as providências já tomadas para "modernizar" o

Senado, o presidente da Casa listou o registro informatizado de horas extras, um corte linear de 10% no orçamento de custeio e investimentos da instituição, a redução das diretorias, entre outras medidas.

– São providências destinadas não só a cortar despesas, como também a um melhor aproveitamento dos trabalhos. Haverá um plano de carreira para que a ascensão dos funcionários de um posto para outro seja feita através da qualificação. E haverá um programa de treinamento

e desenvolvimento para qualificação de pessoal – anunciou.

Em maio, a FGV apresentou uma versão preliminar dessa reestruturação. A partir desse plano inicial, Sarney e o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), repassaram à fundação o relatório de uma comissão de servidores que consolidou cerca de 500 sugestões administrativas propostas pelos que trabalham no Senado. O relatório a ser entregue no dia 18 será fruto das propostas iniciais da própria FGV e dos servidores.

Senado não pode esperar reações externas para mudar, diz Cristovam

O Senado não pode esperar pelas reações da população e da sociedade civil organizada para promover as transformações necessárias para recuperar sua credibilidade, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele conclamou os senadores a tomar a dianteira na moralização da Casa.

– Nós precisamos correr para tentarmos recuperar a credibilidade e não sermos atropelados pelo movimento de massa neste país. O povo não avisa quando acorda; ele está dormindo, como vem dormindo e, de repente, dá um grito, como um vulcão, e passa por cima das instituições. Eu defendo o afastamento do presidente [do Senado, José] Sarney, mas a culpa de tudo isso não é dele, não. E, na hora em que ele se afastar, isto aqui não vai ficar uma maravilha logo, não. Mas vai dar condições para que nós comecemos a trabalhar antes que o povo passe por cima de nós – disse.

O afastamento, segundo Cristovam, daria oportunidade para os senadores "mergulharem fundo" nos problemas da instituição, buscando resolvê-los.

Ele ainda sugeriu algumas mudanças que "poderiam aperfeiçoar o Senado": a redução do número de senadores de três para dois por estado; a diminuição do mandato de senador de oito para quatro anos; a proibição de reeleição mais de uma vez (para qualquer cargo eletivo) e a exigência de o senador ter de renunciar se for ocupar cargo no Poder Executivo.

– Não poder fazer, como eu fiz, que tirei licença do cargo de senador para ser ministro, porque isso deixa o Senado nas mãos do Poder Executivo. O Executivo é dono de algumas cadeiras, mandando de volta para cá, quando quiser, o ministro, e tirando, portanto, um suplente que o incomodar – disse.

O senador anunciou que a Ordem dos Advogados do Bra-



Gerardo Magela

Senador deve renunciar se for ocupar cargo no Executivo, defende Cristovam

sil (OAB) realizará, na sua sede em Brasília, na quinta-feira, às 10h, manifestação "pela ética no Senado".

– A mobilização popular significa o fracasso do sistema legislativo. Contra o Poder Executivo é simples: substitui-se a pessoa; contra o Poder Legislativo não é simples, porque é a perda da legitimidade daqueles que representam o povo – alertou.

Cristovam ainda demonstrou otimismo com a possibilidade de a senadora Marina Silva (AC) sair do PT e ingressar no PV para uma possível candidatura à Presidência da República. Para ele, trata-se de uma "esperança".

Mão Santa destaca valor de instituição

Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que a "campanha insidiosa" feita contra o Senado "não pega". Declarando-se "um filho das ruas", o parlamentar afirmou que conhece o povo, que é sábio e reconhece na Casa "um sustentáculo da democracia".



Gerardo Magela

Mão Santa: para o povo, Casa é "sustentáculo da democracia"

Como exemplo da força do Senado, Mão Santa citou o caso do assassinato de uma estudante de medicina ocorri-

do no Piauí. O assassino, "um playboyzinho rico do Ceará". O parlamentar recebeu carta da mãe da vítima, a qual leu em Plenário na semana passada. Segundo ele, os senadores pelo Ceará – Inácio Arruda (PCdoB), Tasso Jereissati (PSDB) e Flávio Torres (PDT) – entregaram, no dia seguinte, a carta ao governador do estado, Cid Gomes.

– O governador se mobilizou, foi ligeiro e o assassino foi preso. Foi só uma leitura daqui – assinalou o senador.



Simon pede à Corregedoria que interpele Collor sobre fatos que disse conhecer

Simon insiste no afastamento de Sarney e critica Lula

“Chego aos 79 anos e desde os 18 tenho mandatos. Eu vi generais, presidentes de plantão agirem. Eu não vi uma intervenção tão grosseira, tão sem pudor, como a do presidente Lula com relação à manutenção do presidente Sarney”

PEDRO SIMON (PMDB-RS) voltou a pedir ontem que José Sarney se afaste da Presidência do Senado para que seja possível investigar se as denúncias feitas contra ele têm fundamento. Ele criticou a decisão do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que arquivou todas as representações e denúncias contra Sarney.

Simon também criticou o que ele chamou de intervenção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Senado, “levando o PT a apoiar o senador Sarney”.

– Chego aos 79 anos e desde os 18 tenho mandatos. Enfrentei dificuldades políticas de toda sorte. Eu vi ministros militares, generais, presidentes de plantão agirem. Eu não vi uma intervenção tão grosseira, tão sem pudor como a do presidente Lula com relação à manutenção do presidente Sarney – disse, acrescentando que “o perigo para o presidente Lula é a soberba, por causa de sua aprovação de 80%.

O senador gaúcho afirmou ver a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, com simpatia, lembrando que ela lutou para

que não houvesse indicação política para estatais importantes, como a Petrobras e a Eletrobrás, mas acabou sendo derrotada nas suas intenções. Disse que ela não merecia ter ido à casa de José Sarney pedir, em nome do presidente, que ele não renunciasse ao Senado.

Simon observou ainda que “um fato novo importante pode estar surgindo” na política com a eventual ida da senadora Marina Silva (PT-AC) para o PV, partido pelo qual poderá concorrer à Presidência da República.

O senador também questionou os primeiros rumos tomados pela CPI da Petrobras, em que o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), “arquivou 90% das petições”.

Pedro Simon anunciou ter enviado comunicação à Mesa do Senado pedindo que a Corregedoria da Casa interpele o senador Fernando Collor (PTB-AL), para que ele informe, oficialmente, fatos que diz conhecer, os quais poderiam comprometer o Collor. Collor fez a afirmação em Plenário, na semana passada.

Alvaro compara dossiês a relatórios da ditadura militar

Os dossiês distribuídos para a imprensa substituíram os relatórios que circulavam sigilosamente nos escaninhos do poder no regime militar, afirmou Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o senador, “a ameaça de prisão e de cassação de mandato e de decretos de suspensão dos direitos políticos do tempo da ditadura assumiu novas formas de restringir as liberdades parlamentares de palavra e voto no Estado democrático de direito”.

– Os instrumentos de tortura física e moral foram aprimorados. Mudaram esses instrumentos e os meios, mas mantiveram-se o terror e a chantagem. O Senado não pode ser um centro reprodutor da epidemia do medo e da metastase da anomia – afirmou.

Alvaro disse que a divulgação de supostas faltas no passado, em forma de ameaça e retaliação, não tem por objetivo denunciar infrações, “mas tentar pôr de joelhos o adversário”. As liberdades do pensamento e da comunicação, de expressão, opinião e crítica, de locomoção, e outras tantas, jamais poderão servir à verdade e ao interesse público se forem mutiladas ou suprimidas pelo domínio do medo, frisou.

Segundo o senador, os cidadãos, em especial os parlamentares, “não devem desertar do dever de revelar a corrupção e os desvios da administração do Senado, mas lutar com todas as suas forças e suas armas para erradicar tais males”. E citou trecho de discurso do patrono do Senado, Rui Barbosa, falecido em 1923: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.



Alvaro: terror e chantagem têm novos instrumentos

Suplicy apoia recursos no Conselho de Ética

A aprovação, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dos recursos contra a decisão do presidente do colegiado, Paulo Duque (PMDB-RJ), de arquivar representações apresentadas contra o presidente da Casa, José Sarney, foi defendida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

As explicações oferecidas por Sarney, em discurso em Plenário na última quarta-feira, tais como as referentes a sua influência como fundador e instituidor da Fundação Sarney ou à nomeação de pessoas de sua família para cargos no Senado, não foram suficientemente esclarecedoras, na avaliação de Suplicy.

– Essas dúvidas é que fundamentam os recursos apresentados ao Conselho de Ética contra a decisão do presidente, senador Paulo Duque, de arquivar as representações. Avalio que tais recursos deverão ser aprovados – disse.

Suplicy acrescentou que “um violento tornado passa sobre o Senado Federal”.

– Desmandos de diversas naturezas vieram a público. As discussões no Plenário, na semana passada, se caracterizam por ofensas pessoais que pouco contribuem para o esclarecimento das denúncias publicadas. Pior, os debates e as votações de grande relevância para a nação estão sendo postergados – lamentou o senador.

Suplicy apresentou requerimento à Mesa para ser autorizado a participar de seminário internacional para discutir o tema “Governança e desenvolvimento”, a ser realizado em Assunção, no Paraguai.



Suplicy: “Violento tornado passa sobre o Senado”



O advogado do PSDB, Válter Júnior (E), protocola recursos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado

PSDB recorre contra arquivamento de denúncias por Duque

O PSDB ingressou com recurso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra a decisão do presidente do colegiado, Paulo Duque (PMDB-RJ), que determinou o arquivamento de três denúncias apresentadas pelo líder do partido, Arthur Virgílio (AM), contra o presidente do Senado Federal, José Sarney. Os recursos deverão ser submetidos ao plenário do Conselho de Ética e, se forem aceitos, as denúncias serão encaminhadas à Mesa do Senado e, se transformadas em representação, voltarão ao conselho.

A primeira denúncia versa sobre a afirmação de Sarney, feita em Plenário, de que não era o responsável legal pela Fundação José Sarney e argumenta que esse fato se mostrou inverídico. Acrescenta que imagens de Sarney assinando convênio entre a fundação e a Petrobras confirmam sua responsabilidade.

A segunda denúncia trata da suposta facilitação na concessão de crédito consignado por seu neto, bem como a nomeação, por atos secretos, de diversos parentes, amigos e aliados, junto ao quadro de servidores do Senado Federal. Já a terceira denúncia argumenta que a Fun-

dação José Sarney desviou para empresas fantasmas e outras da família do próprio senador dinheiro da Petrobras repassado em forma de patrocínio.

Como o líder do PSDB não integra o colegiado, os recursos foram assinados pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO), Eliseu Resende (DEM-MG), Heráclito Fortes (DEM-PI), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), todos integrantes do conselho.

A primeira parte dos três recursos é igual, uma vez que, segundo o PSDB, os motivos para o arquivamento utilizado pelo presidente do Conselho de Ética foram muito semelhantes.

Os recursos argumentam que o presidente do conselho não é o magistrado para definir o seu recebimento, mas sim seus membros, “que, em análise colegiada, decidirão se receberão a denúncia ou a representação”. O texto cita a Resolução 20, de 1993, do Senado Federal, segundo a qual os conselheiros “têm a obrigação de analisar atos ou omissões atribuídas a qualquer senador, independentemente de ser apresentada por denúncia ou representação”.

Collor defende Sarney e diz que crise no Senado é um “jogo político”

Disputa partidária com vistas às eleições em 2010 estaria por trás da instabilidade por que passa a Casa, segundo o senador. Ele acusou a mídia de alimentar a crise e lembrou seu *impeachment*

O SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL), em discurso ontem, afirmou que a crise no Senado e o movimento para tirar da Presidência da Casa o senador José Sarney são “um jogo político em que forças a favor e contra o governo Lula estão se digladiando, tendo como pano de fundo as eleições de 2010”.

Para ele, esse embate político, feito às vésperas do processo eleitoral, “inibe alguns parlamentares de tomarem posição de acordo com a sua consciência e razão”. Assim, observou, pela proximidade das

eleições, os senadores “optam por ouvir o intangível ruído das ruas”, a exemplo do que aconteceu com ele na época do *impeachment*, em 1992, quando foi afastado da Presidência da República.

– A multidão e a sua vontade nem sempre ou quase nunca têm razão. A razão é alcançada com base numa reflexão profunda dos fatos que estão nos cercando e do conhecimento desses fatos – afirmou.

Ao comparar a situação vivida por Sarney com seu *impeachment*, Collor afirmou que seus adversários desrespeitaram as leis do

país, cassando seus direitos políticos.

– Sofri e muito, arrancaram-me o mandato, levaram-me a mãe, dispersaram minha família – disse ele, salientando que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente do Senado, José Sarney, à época também apoiaram seu *impeachment*, mas mesmo assim ele não deseja que sofram o mesmo.

O senador, assim, classificou seu apoio a Sarney e Lula como insuspeito, dados os fatos do passado. O parlamentar afirmou ser uma pessoa isenta para defender Sar-

ney e o governo de Lula.

Collor disse que a mídia não conseguirá seu intento, não fará com que o Senado “se agache diante dela”, porque a Casa é muito mais alta do que isso.

O senador também defendeu as expressões que usou na semana passada, em Plenário, contra o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

– Aqueles que têm problemas com o verbo engolir sofrem de regressão e não conseguiram passar da primeira infância, na fase oral – declarou.



Collor lamenta que muitos senadores optem por “ouvir o intangível ruído das ruas”

Senadores pedem exame de representação pelo plenário do conselho

Cinco senadores da oposição apresentaram ontem ao Conselho de Ética recurso contra a decisão do presidente do colegiado, Paulo Duque (PMDB-RJ), que determinou, no dia 5, o arquivamento da representação do PSOL contra o presidente do Senado, José Sarney. Duque considerou inepta a representação.

O recurso é assinado por Sérgio Guerra (PSDB-PE), Eliseu Resende (DEM-MG), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Marisa Serrano (PSDB-MS), membros do conselho, e também pelo senador José Nery (PA), líder do PSOL. Eles querem que a representação seja julgada no plenário do conselho.

Na representação arquivada, o PSOL pediu apuração de denúncias divulgadas pela imprensa segundo as quais Sarney teria concedido benefícios e aumentado remuneração de servidores por meio de “atos secretos, assim considerados por não terem sido publicados”.

Os senadores argumentam, no recurso, que Duque seria suspeito para julgar as representações. Caso fosse aceita a suspeição, os atos de Duque no conselho seriam tornados nulos. Um pedido de suspeição já havia sido apresentado pelo PSOL e foi indeferido pelo senador na sexta-feira.

“Tal nulidade se dá porque o presidente do Conselho de Ética (...) fez declarações públicas à imprensa nacional, tendo comentários com juízos de valor depreciativos das representações apresentadas contra o senador José Sarney e depreciativas do (...) PSOL”, frisa o texto.

Competência

No recurso, os senadores alegam que o presidente do colegiado seria incompetente para arquivar representação de partido político, uma vez que essa decisão só poderia ser tomada pelo plenário do colegiado e, posteriormente, pelo Plenário do Senado.

“Não possui o presidente do conselho a competência para, quanto mais sem razão formal aparente ou justificativa aceitável,



Nery diz que as denúncias “se baseiam em fatos graves que precisam ser investigados”

usurpar os poderes do Conselho de Ética”, afirma o documento.

Os senadores opositoristas também argumentam que “a inépcia”, justificativa dada por Paulo Duque para arquivar a representação, seria “a inexistência de condições de ação e ocorre quando houver falta de interesse de agir, falta de legitimidade e a impossibilidade jurídica do pedido” ou quando há “incongruência ou a impossibilidade de se entender a petição”.

“Sem esses vícios, a petição é apta”, diz o texto, que traz argumentação no sentido da admissibilidade da representação.

Em entrevista, o senador José Nery afirmou que usará todos os meios legislativos para conseguir a abertura das investigações.

– Não podemos aceitar esse arquivamento geral e irrestrito porque as denúncias se baseiam em fatos graves que precisam ser investigados – disse ele.

Casagrande sugere novos mecanismos de controle interno

A atuação do senador Paulo Duque (PMDB-RJ) na presidência do Conselho de Ética foi criticada pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Na semana passada, Paulo Duque arquivou as representações contra o presidente da Casa, José Sarney.

Casagrande também disse que a discussão havida na semana passada em Plenário entre Renan Calheiros (PMDB-AL) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) é uma demonstração da crise em que se encontra a Casa. Casagrande sugeriu que se faça um “movimento de reconstrução do Senado”.

– O caminho que temos é a investigação através do Conselho de Ética. Sem nenhuma investigação esta Casa se desmoraliza. O presidente Sarney não se afasta voluntariamente, essa é uma decisão dele. É fundamental fazer alguma investigação porque já surgiram dúvidas depois do seu pronunciamento de defesa – afirmou.

Na avaliação de Casagrande, a reconstrução do Senado passaria, entre outras medidas, por um processo de “radicalização da transparência”, avançando nos mecanismos de controle interno. Ele disse que, de acordo com a sua proposta, seria exigida do controlador, auditor ou corregedor uma ida semestral à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para prestar contas de todo o trabalho de controle interno. Também consta da proposta o comparecimento semestral do diretor-geral à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apresentar o seu trabalho.

Casagrande ainda manifestou solidariedade ao vice-presidente da República, José Alencar, que se encontra hospitalizado em São Paulo para tratamento contra o câncer.



Casagrande defende “radicalização da transparência”

Sérgio Guerra nega irregularidade em viagem de sua filha

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que não houve irregularidade na viagem que sua filha fez aos Estados Unidos, em 2007, quando ela o acompanhou e teve suas diárias pagas pela Casa. Segundo Sérgio Guerra, ele fez a viagem para realizar exames médicos devido a uma suspeita de câncer no intestino. “Eu estava bastante doente e minha filha me fez companhia nessas consultas”, declarou, acrescentando que, após esses exames, acabou se submetendo a uma cirurgia no Brasil, na qual retirou seu intestino grosso.

O senador disse que nunca havia sido questionado sobre o assunto, mas que “agora, estranhamente, essa coisa aparece”. Conforme o jornal *Folha de S. Paulo*, que divulgou a denúncia, há um relatório da Secretaria de Controle Interno do Senado (SCINT) que solicita a devolução das diárias pagas à filha do parlamentar. Esse pedido, no entanto, foi negado pelo então diretor da secretaria.

Devolução

A assessoria de Sérgio Guerra apresentou uma nota da SCINT informando que o então diretor, Shalom Granado, “divergindo da área técnica”, não solicitou a devolução dos valores pagos “por entender não remanescer dúvida quanto à sua licitude, haja vista a configuração de imperiosa necessidade de [a filha] acompanhar o agente público em viagem a bem de sua higidez física”.

Questionado por jornalistas se atribua a alguém a denúncia, Sérgio Guerra respondeu que não vai “fulanizar” a questão.



Senador afirma que realizou exames nos EUA

Desastres naturais em Santa Catarina

A presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), participará, juntamente com o deputado estadual, também pelo PT, Décio Goés, da abertura da audiência pública sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina. O evento, que ocorre nesta sexta-feira, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tem início às 9h e vai até as 16h.

Pela manhã, as atividades estão divididas em dois painéis: "Desastres naturais: causas e relações com as mudanças climáticas", com o palestrante Luiz Augusto Toledo Machado, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e Maria Laura Rodrigues, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

O segundo painel, "Consequências socioeconômicas dos desastres naturais", terá palestras de Sandro Luiz Schlindwein, do Núcleo de Estudos em Monitoramento e Avaliação Ambiental, e de Valmor Schiochet, professor da Universidade Regional de Blumenau (Furb).

A partir das 14h, haverá duas mesas-redondas sobre o tema "O que fazer frente às mudanças climáticas e aos desastres naturais", com seis palestrantes, entre os quais, o diretor-geral da Fundação Amazônia Sustentável, Virgílio Maurício Viana, e o diretor de Mobilização da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani.

Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje proposta que aumenta prazo para pagamento de Imposto de Renda, além de incentivo fiscal para a literatura de cordel

Projeto impõe regras aos bancos na cobrança de tarifas

PROJETO DE LEI que regula a cobrança das tarifas bancárias pelas instituições financeiras está na pauta da reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta mantém a liberdade de fixação de preços das tarifas, mas proíbe práticas como a cobrança em pacotes de serviços ou em venda casada; na abertura ou concessão de crédito sobre o pagamento antecipado de financiamentos de prazo inferior a 36 meses; e sobre transferência para contas do mesmo titular entre diferentes instituições financeiras.

Apresentado pelos senadores Flávio Arns (PR) e Ideli Salvatti (SC), ambos do PT, o projeto (PLS 595/07) também estabelece que, no atendimento nas agências, os bancos não poderão utilizar critérios diferentes para clientes e não clientes e o tempo de espera não poderá ser superior a 30 minutos, exceto se houver determinação diferente em lei municipal.

A proposta também determina



Genaldo Magela



Genaldo Magela

Flávio Arns e Ideli Salvatti querem proibir a cobrança de tarifas em venda casada de serviços

que as alterações nos valores das tarifas devem ser feitas com periodicidade mínima de um ano e comunicadas aos clientes com antecedência de, pelo menos, 90 dias.

O relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), é favorável à aprovação do projeto na forma de texto alternativo que apre-

sentou. Após o exame pela CAE, o projeto segue para votação no Plenário.

Na mesma reunião, a CAE deve votar, em decisão terminativa, projeto (PLS 59/09) do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que aumenta de oito para nove o limite máximo de prestações do Imposto de Renda devido anualmente pelo contribuinte.

O projeto tem parecer favorável de João Tenório (PSDB-AL). As parcelas vencerão sempre no último dia útil de cada mês, não podendo incidir nenhum tipo de cobrança de juros ou correção. Se aprovada, a proposta segue para votação do Plenário do Senado.

Também em decisão terminativa, a CAE deve votar projeto (PLS 232/06) do senador Efraim Morais (DEM-PB) que inclui a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre quantias destinadas a doações e patrocínios.

Benefício para municípios em estado de calamidade

Todo município em estado de calamidade pública terá direito a adiar, por 90 dias, o pagamento de parcelas das dívidas que a administração municipal tenha com a União e que vençam durante a vigência daquela situação excepcional. É o que prevê emenda substitutiva do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) a projeto (PLS 85/09) de Raimundo Colombo (DEM-SC) que se encontra na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O adiamento poderá ser prorrogado por 180 dias se o órgão estadual de defesa civil mantiver o estado de calamidade pública.

A emenda prevê também, para as cidades afetadas por calamidades, a transferência definitiva de recursos federais não vinculados equivalentes, no mínimo, ao valor de uma cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios; a



José Cruz



J. Freitas

Proposta de Raimundo Colombo (no alto), relatada por ACM Júnior, adia pagamento de dívidas com a União

liberação de todos os recursos destinados ao município pela Lei Orçamentária Anual da União; e a automática liberação, para os moradores do município, de suas contas no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Terras indígenas

Também figuram na pauta da Comissão de Justiça, que tem 35 itens, duas propostas de emenda à Constituição (PECs) sobre a demarcação de terras indígenas. O que será votado é um substitutivo de Valter Pereira (PMDB-MS) às PECs 38/99, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), e 3/04, do então senador Juvêncio da Fonseca. O texto do relator prevê que o ato de demarcação das terras indígenas, de iniciativa do Poder Executivo, terá de ser aprovado pelo Senado Federal.

De acordo com o substitutivo, a União indenizará quem, em título de domínio expedido pelo poder público antes de 5 de outubro de 1988, constar como proprietário das terras declaradas tradicionalmente indígenas, "respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé".

BNDES deve contar com mais R\$ 4,99 bi para investimentos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve examinar amanhã seis projetos de abertura de créditos orçamentários. A proposta de maior valor é um crédito especial de R\$ 4,99 bilhões, na categoria Encargos Financeiros da União, para repasse de recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Associado ao combate aos efeitos da crise global, o objetivo do crédito é manter os níveis de investimentos do setor produtivo.

Segundo o relator da matéria (PLN 9/09), deputado Assis do Couto (PT-PR), do total dos recursos, R\$ 2 bilhões serão captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e serão utilizados em projetos de inclusão social que também terão foco na proteção dos recursos naturais por meio de ações sustentáveis.

Outro crédito (PLN 16/09) vai garantir investimentos da ordem de R\$ 116,4 milhões em portos de diversos estados, mediante repasses do Tesouro Nacional, a título de aumento de capital nas empresas portuárias. A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) – que administra o Porto de Santos, o maior do país – receberá R\$ 78,6 milhões, a maior parte para a implantação da Avenida Perimetral Portuária.

Na lista, consta ainda proposta de crédito suplementar (PLN 26/09) no valor total de R\$ 304,9 milhões, sendo R\$ 214,7 milhões em favor do Poder Judiciário e R\$ 62,5 milhões para a Presidência da República, com a finalidade de reforçar despesas do ano. Na Justiça Federal, devem ser realizadas reformas de imóveis e gastos em capacitação de pessoas. A Justiça Eleitoral vai promover a aquisição de 105 mil urnas eletrônicas.

Convocação

A pauta da CMO prevê ainda votação de dois requerimentos, um deles para envio de pedido de esclarecimento à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao titular da pasta da Defesa, Nelson Jobim, sobre licitação para obras no âmbito do Comando do Exército. A proposta foi apresentada pelos deputados Nárcio Rodrigues (MG) e Otávio Leite (RJ), ambos do PSDB.

O segundo requerimento, do deputado José Chaves (PTB-PE), solicita a convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, para dar explicações sobre a execução orçamentária das despesas inscritas em restos a pagar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes • Mozarildo Cavalcanti • Mário Couto

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Comissão busca solução para cursos da Unitins

A Comissão de Educação deve buscar hoje uma solução para impasse entre o Ministério da Educação e a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), devido ao fato de a administração de cursos a distância da instituição estadual ter sido repassada a uma empresa terceirizada, com polos educacionais em diversos estados.

A interrupção dos cursos já dura três meses e pode deixar cerca de 100 mil alunos sem concluir seus cursos de graduação a distância. A comissão deverá solicitar audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad e, se necessário, com o presidente Lula, buscando evitar prejuízos para os alunos matriculados.

De acordo com a CE, a terceirização contraria a legislação atual que regulamenta o ensino a distância (Decreto 5.622/05, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96). A situação da Unitins está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, que já levou o problema ao conhecimento da Advocacia-Geral da União (AGU).

Propostas

Flávio Arns (PT-PR), presidente da comissão, e a deputada Nilmar Ruiz (DEM-TO), vice-presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância na Câmara, já se reuniram duas vezes com Fernando Haddad, mas até o momento os cursos permanecem interrompidos.

As propostas de audiência com o ministro e com o presidente da República devem ser apresentadas durante a reunião de hoje, que contará com a presença de senadores e deputados da bancada do Tocantins no Congresso e das comissões de Educação do Senado e da Câmara. Também foram convidados representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Nacional de Educação a Distância e da Procuradoria da República.

Comissão de Educação analisa propostas sobre adesão opcional de trabalhadores em educação a regime de dedicação exclusiva e sobre exame de avaliação do magistério

Projetos visam incentivar os professores do ensino básico

DOIS PROJETOS QUE sugerem medidas para melhorar o ensino básico no Brasil estão na pauta de hoje da Comissão de Educação (CE). O primeiro institui o regime de dedicação exclusiva para todos os profissionais que atuam na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, enquanto o segundo cria o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb).

A primeira proposta (PLS 4/04), de autoria dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Augusto Botelho (PT-RR), faculta aos professores da educação básica a opção pelo regime de dedicação exclusiva, que lhes garantirá uma remuneração de, pelo menos, 70% daquela paga aos docentes das instituições federais de educação superior com titulação equivalente.

Em seu parecer favorável à matéria, Gerson Camata (PMDB-ES) argumenta que a proposição deverá servir de incentivo para que professores de melhor qualificação façam opção pelo ensino fundamental, uma vez que a baixa remuneração dessa faixa de ensino vem levando os melhores profissionais a preferirem o ensino superior.

O senador concorda que a proposta seja por adesão, o que, segundo ele, deverá servir de incentivo para que os profissionais do setor busquem ampliar o tempo que dedicam ao magistério.



Geraldito Magalhães



Geraldito Magalhães



Geraldito Magalhães

Marisa Serrano, Cristovam e Augusto propõem melhor remuneração para professor da educação básica que optar por trabalhar em regime de dedicação exclusiva

O projeto tramita na comissão em regime de decisão terminativa.

Avaliação

Já o PLS 403/07, que institui o Enameb para docentes do setor público, tem como finalidade aferir o desempenho dos profissionais, bem como suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e da realidade brasileira e mundial.

De acordo com o projeto, a avaliação deverá ser realizada

a cada cinco anos, tanto para os profissionais do ensino fundamental quanto para os professores do ensino médio e das modalidades de educação de jovens e adultos, em instituições públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Audiência

Em seu parecer, a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que a comissão realizou, em abril de 2008, uma audiência pública para debater o tema, na qual ficaram patentes o mérito da avaliação dos professores e sua importância para a melhoria da qualidade de ensino.

Para Rosalba, não se justifica a limitação do exame aos docentes do ensino público, motivo pelo qual ela apresentou emenda para estender sua obrigatoriedade aos docentes da educação básica em escolas privadas.

Por entender que o projeto é omissivo sobre os usos dos resultados do exame, a relatora apresentou uma segunda emenda para abrir a possibilidade de sistemas de ensino utilizarem esses resultados como parte de programas de avaliação de desempenho e para a progressão na carreira do magistério.

A proposta tramita na CE em decisão terminativa e passará por duas votações nominais, uma para o projeto de lei e outra para as emendas da relatora.

Senado homenageia empresário Jaime Câmara

Sessão especial, hoje, às 10h, comemora o centenário de nascimento de Jaime Câmara, empresário que deu início à consolidação do complexo de comunicação que atualmente leva seu nome. O requerimento solicitando a realização da sessão é de Marconi Perillo (PSDB-GO).

Nascido no Rio Grande do Norte, Jaime Câmara transferiu-se para a cidade de Goiás e fundou, em 1935, uma modesta

firma de papelaria e tipografia, na qual tinha Henrique Pinto Vieira como sócio.

Em 1937, a firma transferiu-se para Goiânia e ganhou a participação de novos sócios. Em 1938, Jaime Câmara criou seu primeiro jornal: *O Popular*, que circulou, inicialmente, duas vezes por semana, com uma tiragem de 3 mil exemplares e contando com dez funcionários. O jornal passou a ser diário em 1944.

Foi *O Popular* que abriu cami-

nho para os demais veículos de comunicação que hoje integram o complexo Jaime Câmara, o qual conta, ao todo, com 21 veículos de comunicação em Goiás e no Tocantins.

Desse total, nove são emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, dois são jornais e oito são emissoras de rádio AM e FM.

Além desses veículos, a Organização Jaime Câmara conta com uma empresa de telemarketing.

União pode ficar responsável por ensino integral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debaterá na quinta-feira a proposta de emenda à Constituição (PEC 74/05) que visa garantir a qualidade e a igualdade de acesso, em todo o território nacional, à educação básica – que inclui os ensinos infantil, fundamental e médio. A proposta, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), prevê, entre outras obrigações, que a União terá que providenciar atividades em tempo integral aos alunos desses três níveis escolares. Hoje, o Estado deve prover gratuitamente escolas de ensino fundamental, em regime de tempo parcial, não existindo obrigação similar para o ensino médio.

A proposta, que modifica os artigos 206, 208, 210 e 212 da Constituição, também estabelece como responsabilidade do Estado a oferta de programas suplementares para apoio a bibliotecas escolares e à compra de uniformes pelos estudantes. A lei atual já prevê auxílio para a compra de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, sem, no entanto, deixar explícito que essas serão obrigações da União. Além disso, o texto de Cristovam define que os conteúdos curriculares mínimos também serão fixados para o ensino médio e não apenas para o ensino fundamental.

A PEC ainda cria a figura da chamada Poupança Educacional do Brasil, que seria constituída por 2% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União, já cobrados ou que serão criados no período de 2009 a 2018, quando a poupança terá vigência. As receitas da poupança, acentua Adelmir Santana (DEM-DF), que é o relator da matéria na CCJ, teriam como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino público. Como seria de ação temporária, essa mudança é proposta na parte da Constituição chamada Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



José Cruz

Efraim é relator na CRE do projeto que aprova o Protocolo de Assunção

Em pauta, protocolo de proteção aos direitos humanos no Mercosul

O ato de compromisso com a promoção e a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais entre os países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) está em pauta na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Amanhã, o colegiado deverá analisar o projeto de decreto legislativo (PDS 486/09) que aprova o texto

do Protocolo de Assunção, adotado em 2005. O relator é Efraim Morais (DEM-PB).

Ainda sobre o Mercosul, a CRE irá examinar parecer favorável de Inácio Arruda (PCdoB-CE) ao PDS 432/09, que aprova o texto do primeiro protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica 58, assinado entre os Estados partes do bloco e o

governo do Peru em 2005.

O PDS 389/09, a ser também examinado pela comissão, aprova a Convenção 185 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 2003, que cria novo documento de identificação para trabalhadores marítimos. O relator do projeto é Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A CRE também deve se pro-

nunciar sobre o PDS 494/09, com o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Espanha sobre o livre exercício de atividades econômicas remuneradas por familiares do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de missões diplomáticas e repartições consulares, assinado em 2007. O relator é Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Iniciando a tomada de depoimentos, comissão parlamentar de inquérito recebe hoje Otacílio Dantas, que falará sobre suposta manobra da estatal para reduzir imposto



Presidido por João Pedro (C), colegiado aprovou por unanimidade o plano de trabalho apresentado por Romero Jucá (E)

Secretário da Receita depõe à tarde na CPI da Petrobras

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito destinada a investigar indícios de irregularidades na Petrobras inicia amanhã a coleta de depoimentos, ouvindo, a partir das 14h, o secretário interino da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo. Ele vai falar sobre suposta manobra da Petrobras para reduzir impostos devidos, da ordem de R\$ 4,3 bilhões, conforme denúncias da própria Receita Federal.

Conforme ficou decidido na reunião de quinta-feira passada, a Petrobras e o Ministério da Fazenda deverão encaminhar à comissão todos os documentos relativos às denúncias sobre o uso de artifícios contábeis.

Na mesma reunião, a CPI aprovou por unanimidade o plano de trabalho elaborado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). A aprovação foi possível após o relator decidir adiar a discussão de requerimento da oposição que pede a convocação da ex-secretária da Receita Federal Lina Maria Vieira, recentemente demitida do cargo, assim como de outros 65 requerimentos aos quais ele havia concedido parecer contrário. No total, foram apresentados 88 requerimentos à comissão.

Para o dia 18, está previsto o comparecimento do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-

combustíveis (ANP), Haroldo Lima, e de mais cinco diretores do órgão. Eles falarão sobre desvios de *royalties* e supostas fraudes envolvendo pagamentos a usineiros.

Em data ainda a ser marcada, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, e outros três diretores da estatal falarão sobre indícios de superfaturamento na construção de uma refinaria em Pernambuco.

Planejamento

O plano de trabalho apresentado por Jucá se divide em sete itens, a começar pelas investigações de indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo e denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio estatal.

Constam ainda do roteiro o aprofundamento de investigações sobre supostas irregularidades nos contratos de construção de plataformas de petróleo; indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima (PE); desvio de dinheiro de *royalties*; e fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP.

Na primeira reunião ordinária da CPI, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), admitiu que seu partido não contribuirá para que a maior

empresa brasileira seja transformada em um "campo de luta política ou de confrontação". Para ele, os trabalhos da comissão devem ser conduzidos "com muita prudência, limitando-se aos fatos que originaram a sua criação".

Todos os senadores presentes à reunião também pediram cautela nas investigações, a exemplo do líder do DEM, José Agripino (RN). Mas ele também reconheceu que a comissão parlamentar de inquérito reúne condições para encontrar novos rumos para a estatal. No entender de Agripino, "chegou a hora de a Petrobras ser domada".

Transparência

Fernando Collor (PTB-AL) sugeriu que, no relatório final da CPI, sejam incluídas recomendações para que a Petrobras tenha um novo modelo administrativo, com o objetivo de torná-la moderna e transparente.

— É necessário que a Petrobras deixe de ser um feudo autônomo, onde nem sequer existe obediência à hierarquia do Estado. A empresa deve ser subordinada, de forma clara e explícita, ao presidente da República, o que não ocorre atualmente — garantiu Fernando Collor. O senador propôs também que a comissão crie um marco regulatório para o pré-sal.

Seminário aponta desafios para o país entrar na economia do futuro

No seminário "Desafios Estratégicos Setoriais", promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o professor Glauco Antonio Truzzi Arbix defendeu a necessidade de o Brasil adotar já decisões que garantam sua participação na economia do futuro. Ele afirmou que o país vive o desafio de inserir-se no que denominou a economia do desenvolvimento, que está baseada em campos como a informática e a biotecnologia. A seu ver, para alcançar esse objetivo, o Brasil precisa avançar na qualidade de sua educação básica e dar um salto em seu sistema de tecnologia e inovação.

Glauco Arbix é coordenador executivo do Observatório da Inovação e Competitividade, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Ele foi um dos palestrantes do primeiro painel do seminário, que teve como tema "Apresentação do Desafio". Em sua palestra, ontem à noite, ele argumentou não ser possível construir-se um país pensando-se apenas no curto prazo. Segundo disse, é preciso que as decisões estratégicas estejam embasadas em medidas que tenham longevidade. Arbix ressaltou que a economia do futuro depende de equipamentos sofisticados, pesquisas científicas e mão de obra qualificada.

Salto

Na opinião do professor da USP, para atender a essas necessidades, o Brasil precisa ampliar sua capacidade de manufatura avançada, realizar elevados investimentos e ampliar a produtividade de seu trabalho. Glauco Arbix observou que essas medidas passam pela diminuição das desigualdades sociais, pela eliminação da pobreza e pela melhoria da qualidade de vida da população. Somente dessa maneira, afirmou, o país vai conseguir dar o salto que necessita para poder competir

em termos de igualdade com os outros países que buscam, igualmente, participar desse mercado internacional de tecnologia avançada.

Ele defendeu a ampliação dos investimentos em aquisição e absorção de conhecimento e de tecnologia, bem como na disseminação e no uso da tecnologia já existente.

Exportação

O outro participante do painel, o professor da Universidade de Campinas Julio Sergio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, defendeu a implantação de uma política agressiva na área das exportações, como forma de o Brasil conseguir os recursos para investir em inovação e tecnologia. O professor afirmou também que é importante a realização de mudanças no sistema tributário brasileiro, que hoje acaba punindo a inovação.

Para Julio Sergio Almeida, a legislação brasileira na área de ciência e tecnologia não fica devendo nada aos países mais desenvolvidos. Ele lembrou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) garante financiamento para o desenvolvimento de produtos e tecnologia a juros próximos a zero ou mesmo zero. Contudo, falta que esses recursos cheguem às micro e pequenas empresas, que, nos países desenvolvidos, são o segmento que mais atua na inovação.

O encontro foi presidido por Fernando Collor (PTB-AL), presidente da CI, e contou com a mediação de Delcídio Amaral (PT-MS). No debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu o programa de renda básica da cidadania para alavancar a economia.

Na próxima segunda-feira o painel "Infraestrutura e retomada do crescimento: visões gerais", dará prosseguimento ao seminário.



Glauco Arbix, Fernando Collor, Delcídio Amaral e Gomes de Almeida no seminário



Dornelles aponta "maior agressão" contra o estado do Rio de Janeiro

Dornelles critica proposta do governo para exploração do pré-sal

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem, em Plenário, projeto do Executivo, divulgado pela imprensa, que tem o objetivo de substituir o regime de concessão, adotado atualmente para a exploração de petróleo no país, por contratos de partilha para as jazidas do pré-sal.

De acordo com o senador, a aprovação da proposta do governo para o pré-sal irá impedir a participação dos estados e

municípios produtores, como é o caso do Rio de Janeiro, no resultado da exploração do petróleo na plataforma continental.

— Além de inconstitucional [a adoção do novo regime], constituirá a maior agressão jamais feita pelo governo federal contra o estado do Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo do país — advertiu.

Segundo o parlamentar, os

contratos de partilha da produção, além de serem adotados em países que não dispõem de um regime fiscal ou tributário adequado, exigem a criação de uma empresa estatal, com a finalidade de contratar e fiscalizar as atividades de exploração e produção de petróleo.

Para Dornelles, essa modalidade de exploração não oferece a transparência necessária, uma vez que a contratação

de bens e serviços é objeto de negociações posteriores, deixando de propiciar ganhos de eficiência ou de otimização por parte dos operadores.

Sarney

Francisco Dornelles reiterou seu apoio ao presidente do Senado, José Sarney, elogiando as medidas que vêm sendo tomadas pela Mesa para superar a crise administrativa.